

SOBRE OS CONTEXTOS EPISTEMOLÓGICOS DA ANÁLISE DE DISCURSO¹

Michel Pêcheux

Tradução: Ana Maria Dischinger Marshall
e Heloisa Monteiro Rosário.

Se nos basearmos nas designações acadêmicas em voga no CNRS e na universidade, a análise de discurso na França² é, primordialmente - e isso desde 1965, aproximadamente -, tarefa de *lingüistas* (referindo-se inicialmente ao distribucionalismo harrisiano, no lançamento dos trabalhos de J. Dubois), mas também de *historiadores* (na maior parte das vezes, especialistas no século XVIII e na Revolução Francesa), e de alguns *psicólogos* (especialistas em psicologia social, em ruptura crítica com essa disciplina).

Deve-se logo acrescentar que, para além das designações acadêmicas profissionais, a referência às problemáticas filosóficas e políticas surgidas ao longo dos anos 60 formou amplamente a base concreta, transdisciplinar, de um encontro - freqüentemente atravessado por fortes enfrentamentos e apenas raramente correspondendo às divisões profissionais - sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos.

Certamente, as pesquisas sociohistóricas conduzidas por diferentes correntes e escolas não esperaram pela análise de discurso para descrever e/ou construir teoricamente tais processos, através da análise das lutas políticas, funcionamentos e disfunções institucionais, debates e afrontamentos de toda ordem.

Exceto por razões externas (de identificação, datação, origem, confiabilidade...), a historiografia documental não tematizava, portanto, a discursividade do documento, sua língua, seu estilo ou sua escrita, o que não a impedia, aliás, em tal circunstância, de levar em

¹ Texto inédito em francês

² O termo *Discourse Analysis* designa uma outra via de pesquisa, própria ao espaço intelectual anglo-americano. O encontro-confrontação das diversas correntes da análise de discurso de origem francesa com as da *Discourse Analysis* começa agora em nível de reuniões internacionais.

conta implicitamente essa discursividade, a título de indícios espontâneos que guiam a leitura e a escrita enquanto prática “literária” implicada pela profissão de historiador.

Desse ponto de vista, as abordagens mais recentes, combinando, por exemplo, a história econômica e a história das instituições políticas, permanecem, marxistas ou não, “qualitativas” ou “quantitativas”, inscritas na mesma tradição.

Em contrapartida, a história social das mentalidades³, dos sistemas de pensamento ou das ideologias, constitui uma abertura que, por múltiplos caminhos, foi consideravelmente desenvolvida no último período: essa abertura supõe trabalhar diferentemente os textos, questionando a transparência da língua. Reunir e interpretar séries textuais onde se inscrevem discursivamente as figuras da infância, da loucura, da morte ou da sexualidade, próprias a esta ou àquela época, supunha abandonar as certezas associadas ao enunciado documental.

Como os métodos da Nova História, os da arqueologia foucaultiana terminam, por sua vez, por tratar explicitamente o documento textual como um monumento, ou seja, como um traço discursivo em uma história, um nó singular em uma rede. Desse ponto de vista, a necessidade de levar em conta, na análise das discursividades, as posições teóricas e as práticas de leitura desenvolvidas nos trabalhos de M. Foucault constituiu um dos mais nítidos dentre os recentes sinais do reaquecimento da análise de discurso: a construção teórica da intertextualidade e, de maneira mais geral, do interdiscurso apareceu como uma das questões cruciais desse reaquecimento, conduzindo a análise de discurso a se afastar sempre

³ “Ao amanhecer, o rei Francisco I deixava o leito de sua amante para retornar incógnito a seu castelo. Passou, então, diante de uma igreja justo no momento em que os sinos anunciavam o ofício. Emocionado, parou para assistir a missa e orar devotamente. O homem de hoje, surpreso pela aproximação de um amor culpado e de uma piedade sincera, tem duas interpretações à escolha. Primeira interpretação: o sino do santuário desperta no rei o arrependimento de seu pecado e ele reza para pedir perdão a Deus pelo erro que acaba de cometer. Ele não pode ser, sem hipocrisia, simultaneamente o pecador da noite e o devoto da madrugada. Em que agiu como homem de hoje, pelo menos como um homem com qualquer racionalidade, quem não leu Dostoiévsky, ou quem suspeita de Freud, o magistrado ou o jurado das cortes (sou eu, M.P., quem grifo). Ele está convencido de que a coerência moral é natural e necessária. Os seres que a desprezam são julgados anormais e excluídos da sociedade... Uma tal interpretação será a de um historiador clássico... A outra interpretação é, pelo contrário, a do historiador das mentalidades... Algumas coisas eram, portanto, concebíveis, aceitáveis, em uma certa época, em uma certa cultura, e deixavam de sê-lo em outra época e em outra cultura...” Philippe Ariès, “A história das mentalidades”, In: *A nova história*, sob a direção de J. Le Goff, Roger Cartier, Jacques Revel, Paris, CEPL, Retz, 1978, p. 402-403. Cf. também o artigo “Memória coletiva”, de Pierre Nora, na mesma obra, p. 398-401.

mais de uma concepção classificatória que deixava aos discursos escritos oficiais “legitimados” um privilégio que se revela cada vez mais contestável.

Fica, entretanto, evidente que, diferentemente dos tratamentos lexicométricos, por exemplo, os atuais resultados produzidos pelas análises de discurso sobre material histórico permanecem excessivamente pontuais e triviais para apresentarem aos olhos dos historiadores um interesse heurístico real: trata-se, mais freqüentemente, apenas da confirmação ou da ilustração de hipóteses clássicas “emprestadas” dos historiadores.

Pode-se supor que certas tendências atuais, visando particularmente complexificar e heterogeneizar os *corpora* analisados, e aumentar consideravelmente suas dimensões, através do recurso à informática aplicada à análise de discurso, serão suscetíveis de melhorar, a mais longo ou curto prazo, a “recepção” dessa nova disciplina pelos historiadores.

* * *

No domínio das *pesquisas sociológicas*, pode-se também constatar que a relação teórica com os “materiais” de natureza linguageira (oral ou textual) foi consideravelmente transformada no recente período, através do questionamento da concentração da análise sociológica sobre os funcionamentos institucionais.

Ainda que numerosos sociólogos continuem, de fato, recorrendo aos métodos de análise de conteúdo pelo esmiuçamento das respostas abertas em vastos questionários ou pela extensiva análise de séries de entrevistas, o vínculo subjacente desses métodos com uma pré-categorização institucional dos materiais conduziu, aqui também, ao questionamento da atitude documental, encontrando assim a posição crítica que sustenta o projeto da análise de discurso.

O interesse pelas formas pré-institucionais do vínculo social incitou simultaneamente inúmeros pesquisadores a tematizarem o registro simbólico, através da análise dos rituais discursivos de assujeitamento, de tomada da palavra, de interpelação, de troca dialógica, etc. A problemática da circulação das fórmulas como produção de acontecimentos, desenvolvida particularmente por J. P. Faye, encontra por sua vez essa questão do simbólico, sociohistoricamente inscrito no jogo das economias narrativas.

Por esses diversos vieses, as pesquisas em análise de discurso encontram-se diretamente confrontadas com os diferentes eixos sociolinguísticos já evocados.

Além do contato entre línguas de estatuto social diferente, os desnivelamentos intralinguísticos entre “códigos” sociais diferenciados (e tomados em relações de força simbólicas de dominação, resistência, etc.) são o objeto de estudos macrosociológicos diferenciais, suscetíveis de encontrar certas perspectivas de pesquisa em análise de discurso, especialmente aquelas que repousam sobre a noção de co-variação entre um campo discursivo considerado como linguísticamente homogêneo e um conjunto de determinações sociohistóricas consideradas como metodologicamente estáveis.

Simultaneamente, o impulso interdisciplinar que suscita atualmente, ao menos na França, um interesse crescente pelo estudo dos atos de linguagem, das relações pragmáticas e dos mecanismos argumentativos, narrativos ou descritivos, desemboca, em sociologia, em uma microsociologia das interações, atribuindo-se a tarefa de analisar as “estratégias” de poder dos sujeitos falantes em situação, com os “cálculos”, conscientes ou não, que essas estratégias põem em jogo.

O interesse de uma tal abordagem da linguagem comum, que engaja particularmente a possibilidade de análises concretas do registro discursivo-conversacional, sobre o terreno da *Discourse Analysis* acima evocada, não poderia, por isso, mascarar a questão de sua relação, ainda não esclarecida, com as teorias aceitavelmente triviais provenientes da psicologia social, especialmente americana, focalizadas no estudo das relações (verbais e não verbais) observáveis entre 2, 3, ... *n* sujeitos.

* * *

Isso leva a evocar o domínio das *pesquisas em psicologia* na medida em que este está concernido pela análise de discurso.

Deve-se lembrar que a psicologia social exige experimentar (em laboratório ou em campo) a partir de construções/manipulações da interação e, em particular, da interação verbal. Dentro desse quadro, a “situação” experimental - construída em laboratório ou provocada em campo - é uma cena fechada, a-histórica, na qual a linguagem (palavras, textos ou discurso) é imediatamente identificada em seqüências “observáveis” de ações (condutas ou comportamentos) trocadas entre os protagonistas da interação.

No contexto filosófico e político acima evocado, o projeto da análise de discurso marcava uma ruptura com esta problemática psicossocial, para a qual o triplo registro da história, da língua e do inconsciente permanece literalmente “recalcado”. As teorias e os métodos desenvolvidos em análise de discurso não cessaram de se defrontar com essa situação de triplo “recalque”, com a esperança (que se poderá julgar ingenuamente pretensiosa) de contribuir para desfazer o nó⁴.

Com isso, a análise de discurso encontrou-se engajada, sob as modalidades teóricas e técnicas que lhe são próprias, na “batalha de cem anos”⁵ que atravessa nossa época, envolvida, portanto, com uma tarefa desmesurada, literalmente impossível: a de “explicar-se” com o mito onipotente do sujeito psicológico, “mestre em sua morada”⁶... próximo de dois limites externos: o do biológico e o do social.

Em conformidade com o universal narcisismo do pensamento humano - a menos que não se tratasse aqui de um efeito histórico do pensamento “ocidental” em sua relação com a idéia de Ciência -, o sujeito é, de direito, uma estratégia consciente, racional e lógico-operatória, cujos poderes se encontram, de fato, limitados em sua emergência progressiva, sua “aquisição” e seu exercício. De um lado, pelas limitações biológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito está associado a um organismo em desenvolvimento em um meio, exposto às eventualidades desse desenvolvimento e às más formações, perturbações e traumatismos de todas as ordens suscetíveis de afetá-lo) e, de outro, pelas limitações sociológicas (portanto, a série de limitações ligadas ao fato de que esse sujeito só pode viver em sociedade, ou seja, em cooperação-confrontação com o conjunto de seus congêneres,

⁴ Cf., por exemplo, F. Gadet, C. Haroche, P. Henry, M. Pêcheux. “Nota sobre a questão da linguagem e do simbólico em psicologia”, *Fundamenta Scientia*, 3 (2), 1982.

⁵ Elisabeth Roudinesco, *A batalha de cem anos. História da psicanálise na França*, vol. 1, Paris, Ramsay, 1982.

⁶ O sujeito epistêmico piagetiano é, hoje, a mais célebre figura científica: essa figura integra a lógica como condição e limite interno do domínio. A hipótese de uma construção por etapas desse domínio está, como se sabe, no centro da teoria piagetiana.

sujeitos-estratégias eles também, não cessando, por isso mesmo, de “aliená-lo” no exercício de suas estratégias)⁷.

No espaço deste mito psicológico, a história é apenas a resultante de uma série de situações de interações, reais ou simbólicas, a língua apenas uma (reduzida) porção dessas interações simbólicas, e o inconsciente apenas a não-consciência que afeta negativamente este ou aquele setor da atividade do sujeito, em função das determinações biológicas e/ou sociais há pouco mencionadas.

Seria profundamente injusto responsabilizar somente os psicólogos profissionais por este mito onipresente do sujeito psicológico: eles apenas formalizaram (através de uma série de construções formais-experimentais mais ou menos sofisticadas) as representações que vêm à mente de qualquer sujeito humano “normal” - ou, ao menos, de todo ocidental: viajante comercial, diplomata, dona de casa, militar, mundana, capuchinho, torneiro-mecânico, desde que seja conduzido, por este ou aquele viés, a produzir sua epistemologia espontânea da ação humana. Os universitários não têm, *a priori*, nenhuma razão para escapar a essa evidência.⁸

Quando, por exemplo, lingüistas, historiadores, sociólogos ou cientistas políticos, pelas necessidades de sua própria reflexão, se põem a tematizar o “sujeito humano”, estão completamente dispostos a confiar naqueles que se dizem disso os especialistas: “a psicologia” lhes aparece como uma disciplina auxiliar acima de qualquer suspeita, à qual todos podem se dirigir para fundamentar (e, se for preciso, criticar) suas próprias representações do tal sujeito e de seu domínio.

Simultaneamente, todo sujeito, seja ele viajante comercial, diplomata, dona de casa... ou universitário, experimenta em sua vida (em seus gestos e palavras mais corriqueiros, bem como em seus encontros mais dramáticos consigo mesmo) de que modo, para ele, este domínio falha. Nessa experiência singular da falha (fracasso, insucesso...), destaca-se a tomada inconsciente pela qual o sujeito está submetido à castração simbólica. Esta ferida narcísica, que não se confunde, de modo algum, com os limites inerentes às limitações biológicas ou sociológicas (por exemplo, o lapso é diferente do

fracasso de um comportamento ou de um comportamento de fracasso), constitui o estranhamento familiar com o qual todo sujeito humano se confronta. E aqui, ainda, não é absolutamente necessário ser “especialista” para sobre isso saber algo: sendo até, por vezes, uma desvantagem.

É nesse saber inconsciente do sujeito que se baseia o analista freudiano em sua prática, e aqui está a diferença crucial em relação à posição psicológica ou psiquiátrica: o analista não pode imaginar “dominar” esse saber inconsciente... sem deixar de ser analista.

Mas os lingüistas, historiadores ou sociólogos não estão *necessariamente* advertidos dessa diferença crucial, nem da hostilidade instintiva da instituição psicológica em relação a tudo que diz respeito ao registro psicanalítico⁹: podem, portanto, confundir, com maior ou menor boa fé, psicologia e psicanálise em uma global “teoria do sujeito” da qual esperam que lhes ajude a pensar (a dominar intelectualmente?) o estatuto do locutor e do enunciador, da “atividade simbólica”, do agente sociohistórico, etc.

Aqui, e face à recente difusão dos temas psicanalíticos (freudianos e eventualmente lacanianos), a ambivalência “estratégica” dos profissionais da psicologia em relação ao campo psicanalítico não facilita as coisas para o não-especialista, ora se deixa entender que se trataria apenas de duas “linguagens” diferentes visando “dominar” os mesmos objetos e se reivindica ecumenicamente a psicanálise como uma província (muito afastada, mal administrada e um pouco anárquica demais!) do continente-psicologia, ora se investe o ferro contra o que é, então, caracterizado como uma impostura que se espera muito conseguir desmascarar “cientificamente” com a ajuda de metodologias experimentais próprias ao setor das Ciências da vida.¹⁰

⁹ Na obra citada mais acima, E. Roudinesco mostra como a filosofia francesa foi substituída pelos psicólogos na recepção-resistência manifestada em relação à psicanálise. Para retomar os termos de P. Ariès, nada prova que os psicólogos tenham lido Dostoiévsky, e tudo indica que continuam desconfiando de Freud. Sobre a questão do acordo para ser aceito, e a dos atingidos pela “imagem de qualidade”, esta carta de Freud a Laforgue citada por Roudinesco: “... Não se consegue nada através de concessões à opinião pública ou aos preconceitos reinantes. Esse procedimento é completamente contrário ao espírito da psicanálise, da qual esta não é jamais a técnica de querer camuflar ou atenuar as resistências. A experiência também mostrou que as pessoas que tomam a via dos acordos, das atenuações, em suma, do oportunismo diplomático, vêem-se, afinal de contas, elas mesmas afastadas de sua própria rota...” (p. 293).

¹⁰ O qual, lembremos, marca a seção “Psicofisiologia e psicologia” no CNRS.

⁷ Encontra-se aqui a imagem engelsiana do paralelograma das forças como explicação da opacidade do social: o que cada um quer é contrariado por cada um dos outros, de maneira que o que se produz não é desejado por ninguém.

⁸ Não basta, portanto, não ser um profissional da psicologia para não ceder à evidência psicológica. Apenas um exemplo, no campo da análise de discurso: o de O. Ducrot, cujos trabalhos de semântica lingüística são, além do mais, extremamente importantes para essa disciplina.

Para além dessa ambivalência estratégica, a questão trata, de fato, do *conjunto das disciplinas de interpretação*, dentre as quais se situa a análise de discurso.

A análise de discurso não pretende instituir-se especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente

construir procedimentos que exponham o olhar-leitor em *níveis opacos na ação estratégica de um sujeito* (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que daí emerge, como discurso-outro, discurso de um outro, ou discurso do Outro). “Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê.”¹¹

Compreende-se que, em uma tal perspectiva, a análise de discurso - não mais que qualquer outra disciplina de interpretação - não pode satisfazer-se, em sua necessária relação com a língua, com o inconsciente e a história, nem com discursivos comportamentais “observáveis”, nem com estruturas do sujeito epistêmico da psicologia cognitiva.

Sobre os universos discursivos logicamente estabilizados tomados como tais (trata-se essencialmente do discurso das ciências da natureza, do das tecnologias, e mesmo do dos sistemas administrativos tomados em seu funcionamento formal), a análise de discurso não tem grande coisa a dizer: é o campo de exercício privilegiado da nova interdisciplina designada pelo termo de Inteligência artificial ou “Intelectiva”, onde o modelo do sujeito epistêmico pode aplicar-se facilmente.

O campo da análise de discurso, ao contrário, é determinado pelo campo dos espaços discursivos não estabilizados logicamente, dependendo dos domínios filosófico, sociohistórico, político ou estético, e também, portanto, dos múltiplos registros do cotidiano não estabilizado (cf. a problemática dos “universos de crença”, a dos “mundos possíveis”, etc.).¹²

¹¹ Jean-Marie Marandin, *Algorithmes 81*. (não publicado)

¹² Sobre essa distinção entre o discursivo logicamente estabilizado vs. não estabilizado e suas repercussões nas Ciências da Linguagem, cf. M. Pêcheux, “Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas”, DRLAV, 27, dezembro de 1982.

Ninguém sabe se um dia a história, a língua e o inconsciente serão “explicados” pelo sujeito epistêmico-comportamental, ou se, pelo contrário, as condições concretas de aprendizagem e de controle dos universos discursivos logicamente estabilizados aparecerão, elas mesmas, como intrinsecamente dependentes das discursividades não estabilizadas (por exemplo, o discurso pedagógico que difunde os conhecimentos logicamente estáveis é, ele próprio, logicamente estável?).

De qualquer forma, imagina-se facilmente que os vínculos da análise de discurso com as disciplinas psicológicas sejam necessariamente mais conflituados do que aqueles com as outras disciplinas acima mencionadas, que se reconhecem mais naturalmente como disciplinas de interpretação. Este conflito se amarra à relação contraditória entre psicologia e psicanálise: há uma quinzena de anos, os programas de ensino secundário francês modificaram o ensino da filosofia; o lugar da psicologia (comportamentalista ou cognitivista) achou-se reduzido em favor da abordagem psicanalítica, de modo que a psicologia, para o aluno de hoje, é - com razão ou sem ela - essencialmente... a psicanálise. Isso corresponde à dispersa difusão dos temas psicanalíticos nas Ciências Humanas e Sociais (sobretudo em Filosofia, Literatura e Etnologia, e, em um menor grau, em História, Lingüística e Sociologia). É a instituição psicológica que, poderíamos dizer, por construção, foi e continua sendo o mais sólido bastião de resistência: a ausência quase completa de relações entre o *establishment* psicológico no CNRS e o campo psicanalítico foi recentemente salientada pelo *Relatório* de M. Godelier (p. 41). Na Universidade, onde a psicologia pertence ao domínio das Ciências do Homem e da Sociedade, a situação é diferente, sem ser necessariamente mais brilhante: de fato, as instituições acadêmicas tratam a psicanálise seja como uma disciplina “literária”, seja como uma prática “clínica”, ambas *a priori* suspeitas de serem não-sérias. E o fato de que alguns literatos e/ou clínicos possam valer-se da psicanálise para dizer e fazer efetivamente “qualquer coisa” só leva, com certeza, água ao moinho acadêmico, alimentando a resistência fundamental das instituições e dos indivíduos diante da “ferida” que Freud infligiu aos ideais do sujeito “mestre em sua morada”. O sério semiológico, com seus eventuais prolongamentos intelectivos, ou, ao contrário, as palhaçadas filosófico-literárias antifreudianas ultrapassam melhor as barreiras da resistência acadêmica, assim como,

* * *

Abril 1983

Abril 1983

**SABi**

UFRGS 05583761

60

ESTE LIVRO DEVE SER DEVOLVIDO NA
ÚLTIMA DATA CARIMBADA

3/8 to 16